XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

A IDENTIDADE PARTIDÁRIA E A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO POLÍTICO

Fabrizio Moraes Fernández
fabriziomoraesfernandez@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas - UFPel
Brasil

Luis Alexandre da Silva Alves
luisalexandrealves@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas - UFPel
Brasil

Nelton Moreira Souza
moreirasouza48@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas - UFPel
Brasil

RESUMO

Este estudo tem por objetivo trabalhar os conceitos de identidade e de comportamento político através das diferentes ações entre o campo político e o sujeito político, envolvendo concepções como idealismo (Hegel), materialismo (Marx) e pragmatismo político híbrido (Bourdieu e Canclini). Para isso, partiremos dos conceitos de razão (real) e de ideia (abstrato) com o princípio de aceitar novas formulações a partir de realidades diversas e adversas (tese- antítese e nova tese). Se, por um lado, o comportamento político forja-se conforme as possibilidades ofertadas pelas instituições que originam as regras do jogo em uma relação estrutural-funcionalista (Hegel); por outro, são as regras do jogo que estruturam as instituições em uma relação materialista (Marx). Assim, o mundo político é influenciado pela economia de mercado e essa interferência na política faz com que o sujeito político permeie entre o idealismo e o materialismo. Para compreendermos essa proporção ontológica econômica das regras do jogo e a relação de produção de mercado na influência política serão utilizados textos de Georg Hegel e Karl Marx. A dialética hegeliana idealista será aplicada para fundamentar as novas realidades através do princípio do imprincipiado, ou seja, na qual não resta uma única realidade e sim a contradição e a luta dos opostos, dando origem a uma nova proposta. Já no princípio marxiano, através do materialismo histórico dialético, abordaremos como a realidade é pensada a partir das condições reais de existência e como ele (Estado) emerge nas relações de produção e alienação de novas propostas políticas. Em meio a estes dois teóricos, Pierre Bourdieu traz à luz o sujeito político com noções de *habitus* e *campo* para entendermos se o sujeito político age em causa própria, por sua instituição ou de acordo com as regras do jogo que estão postas para garantir a sua sobreviência política. A identidade partidária e a identidade do sujeito político estão experimentando alterações ou estão em crise?

ABSTRACT

This study aims to work on the concepts of identity and political behavior through the different actions between the political field and the political subject, involving concepts such as idealism (Hegel), materialism (Marx) and hybrid political pragmatism (Bourdieu e Canclini). For this, we will start from the concepts of reason (real) and (abstract) idea with the principle of accepting new formulations from diverse and adverse realities (thesis-antithesis and new thesis). If, on the one hand, political behavior is shaped according to the possibilities offered by the institutions that originate the rules of the game in a structural-functionalist relation (Hegel); on the other, are the rules of the game that structure institutions in a materialistic relationship (Marx). Thus, the political world is influenced by the market economy and this interference in politics causes the political subject to permeate between idealism and materialism. In order to understand this ontological economic proportion of the rules of the game and the relation of market production to political influence, texts by Georg Hegel and Karl Marx will be used. The idealistic Hegelian dialectic will be applied to ground the new realities through the principle of the uninitiated, that is, in which there is not a single reality left but the contradiction and the struggle of the opposites, giving rise to a new proposal. Already in the Marxian principle, through dialectical historical materialism, we will approach how reality is

thought from the real conditions of existence and how it (state) emerges in the relations of production and alienation of new political proposals. In the midst of these two theorists, Pierre Bourdieu brings to light the political subject with notions of habitus and field to understand whether the political subject acts in his own cause, by his institution or according to the rules of the game that are put to ensure his political survival. Is party identity and the identity of the political subject undergoing change or are they in crisis?

Palabras clave

Idealismo; Materialismo; Identidade Partidária.

Keywords

Idealism; Materialism; Partial Identity.

I. Introdução

O estudo que apresentamos busca compreender a competição dos agentes políticos sob a ótica da Ciência Política, no que tange aos grupos que envolvem a sociedade civil e o Estado que detêm o poder de decisão em ações que interferem no desenvolvimento social e político do País, no caso, o Brasil. Com efeito, os grupos dirigentes de um país são dependentes do poder político, o que os torna parte latente no desenvolvimento de decisões e que agem para legitimar ações de grupos políticos na tomada de decisão. A nação apresenta-se cerceada por uma inação dos seus representantes frente ao poder do capital financeiro de grupos privados e de forças políticas que delimitam formas de poder que garantem ou não a presença de agentes políticos nas esferas legislativa e executiva de governos.

Diante do problema da influência política sob o contexto político surgem as seguintes questões que iremos contextualizar na esfera da teoria hegeliana: *Os agentes políticos são dependentes do poder econômico, são criados por uma hegemonia econômica que sustentam agendas e instituições? Estes agentes se fazem representar por um comportamento de barganha institucionalizado socialmente? Como é possível inferir que esses agentes sejam representantes de vontades de seus representados se são instituídos no poder para preservar interesses privados com fins específicos?*

A razão de onde toda a realidade procede torna-se a busca de algum modo de princípio, que não se acaba em si mesmo, mas principia e se reinicia em um moto-contínuo. Este movimento é o que está por vir ou o vir a ser: o devir, o novo.

II. Marco teórico e conceitual

A problemática de pesquisa mencionada parte dos conceitos sobre a concepção teórica de poderes e seus modos de reprodução (BOURDIEU, 1989), a conceituação sobre carisma político e coerção social (WEBER, 1968), a visão e identificação de poderes (LUKES, 1980), bem como a construção e institucionalização do pagamento e financiamentos de campanhas por empresas e grupos políticos (Ex.: atuação da empresa Odebrecht e área criada dentro da empreiteira para fazer o pagamento de propinas, o que movimentou mais de R$ 10 bilhões de reais entre 2006 e 2014).[1]

Admitimos que a classe dirigente brasileira consiste em uma espiral sistemática e histórica que converge para o convencimento de que a sociedade, ao longo do tempo, desenvolveu classes de dominantes e dominados. Para tanto, os artifícios usados variaram em suas formas, mas que se perpetuaram por mãos de agentes influentes (MOSCA, 1992). Este chefe de classes precisou se perpetuar no poder e defender os interesses dessa elite, mas necessitou contar com o apoio da grande maioria dominada. Para que isso ocorresse foi preciso que as organizações elitistas exercessem suas influências sobre as classes dominadas, devendo contar com o apoio de lideranças para que suas ordens tenham efeito na sociedade no futuro.

O interesse público não só depende de uma nação consciente e organizada, mas também de uma sociedade definida por líderes ou chefes à frente do Estado. Por sua vez, a nação percebe as classes dominadas exercendo influências sobre ações populares e que nem sempre são recebidas de maneira positiva pela classe dominante, por uma visão unidimensional de poder, para identificar quem prevalece e se mantem nas tomadas de decisões. Assim, os conflitos se tornam explícitos no meio social e contradizem os interesses pré-estabelecidos por uma classe dominante (LUKES, 1980). Por esse viés, o governo se torna um balcão de negócios, tratando as ações de Estado com fins específicos geridos por grupos de interesse. O Estado emerge com assimetria de poder entre quem detém este poder e forma sua base de governo e a nação que reconhece a legitimidade desse

[1] Fonte: http://radioagencianacional.ebc.com.br/politica/audio/2017-04/odebrecht-teria-movimentado-mais-de-r-10-bi-em-propina-entre-2006-e-2014. Acessado em 15/04/2017.

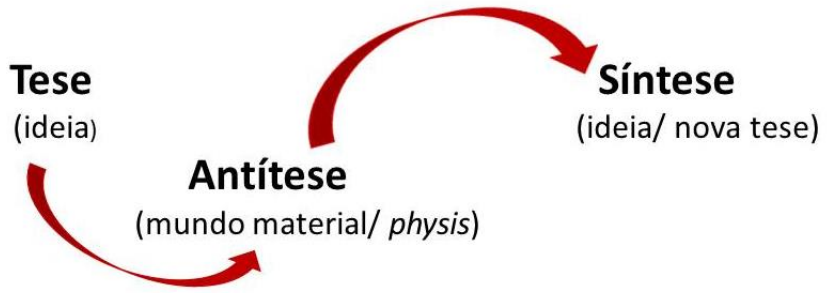
poder para manter um Estado forte - gerindo as instituições e preservando a ordem social e econômica (CARNOY, 1988).

Para Steven Lukes, o conceito de poder está dividido em ações unidimensionais, bidimensionais e tridimensionais. A visão unidimensional diz respeito à visão pluralista, ou seja, o poder determinado com quem detém o poder de decisão. Já na visão bidimensional, o poder apresenta-se com duas faces, uma com forma definida e outra como forma de coerção para assegurar o que deve ser obedecido mediante poder de influência, força e manipulação. A visão tridimensional apresenta a questão de agenda política e como as discussões são afastadas do processo político justamente para não gerar conflitos (LUKES, 1980). Pois o conflito é evitado na medida em que contraria os interesses elitistas, e chancelado no momento em que fortalece as influências de uma elite que se reproduz à frente de um poder hereditário.

Assim, dentro da expectativa e da dualidade idealista e materialista temos:

O conceito hegeliano de razão (real) e de ideia (abstrato) com o princípio de aceitar novas formulações a partir de realidades diversas e adversas (tese- antítese e síntese):

Dialética hegeliana
(dialética idealista)



O comportamento político forja-se conforme as possibilidades ofertadas pelas instituições que originam as regras do jogo em uma relação estrutural-funcionalista (NÓBREGA, 2005).

Já o conceito marxiano de materialidade (real) e de ideia (abstrato) com o princípio de aceitar novas formulações a partir de realidades históricas (tese- antítese, síntese e antítese 2 ou nova antítese) nos remete ao seguinte:

Dialética marxiana
(dialética materialista)

Aqui está a superação da alienação do espírito.
A consciência, enquanto autoconsciência,
no resgate daquele que produz o mundo:
o homem reapropriando-se do produto do seu trabalho ou:
o sujeito político apropriando-se da nova materialidade
e expondo uma nova ideia de mundo (BORGES, 2009).

Superando essa expectativa, Bourdieu (2015) sustenta uma ruptura com o modo de pensamento substancialista que assinala a base do pensamento marxista a respeito da classe dominante e nos remete ao pensamento latente na Ciência Política questionando quem governa, com a proposta de uma dominação cruzada e complexa, com relações objetivas de interdependência. Desse modo, emerge o seguinte questionamento: *Quem governa é a classe política ou os agentes que detêm o poder econômico?*

Assim, as estruturas de reprodução do poder sobre as instituições foram modificadas na estrutura de reprodução dominante. A essas taxas de conversão Bourdieu apresenta que os campos administrativo e econômico revelam diferentes tipos de capital – o econômico e também o cultural. Esse comportamento gera um *habitus* que reproduzem a sua própria reprodução (BOURDIEU, 2015), apresentando agentes políticos com a mesma essência de percepção, de pensamento e de ação dos grupos elitistas e não mais a dos seus representados. Dessa forma, o conflito com a nação é irreversível, pois os grupos que estão em esferas de interesse diferentes, bem como a sobrevivência de um ou outro grupo é diretamente proporcional à anulação do interesse do outro, reafirmando as regras inerentes a cada *campo* de poder. Ou seja, o antagonismo à existência do outro. O Estado é forçado a agir e a gerenciar os negócios comuns, em uma aparente neutralidade, fazendo concessões.

Para Luis Felipe Miguel o Estado mantém sua relação com a sociedade civil de maneira cêntrica pelo viés do conflito de interesses, pois o campo de poder (MIGUEL, 2014b) e a democracia exigem centralidade, sobrepujando uma forma proativa de relações entre grupos [como um conflito administrável], o que torna perspicaz a maneira de questionar quem está ganhando e quem está perdendo nessa relação assimétrica. *Se o Estado liberal democrático deveria balizar as relações de conflito através de governos eleitos democraticamente pela sociedade civil, por que essa relação entre poder econômico e espaço político disputa interesses em um mesmo campo que não dialoga com a nação de representados?* Para Miguel, o conceito de *campo* de Pierre Bourdieu define por si só e delimita "um dentro e um fora" (MIGUEL, p. 147, 2014b) em uma estrutura competitiva e organizada hierarquicamente. Bem como, a conceituação do espaço político que caracteriza o perfil dos indivíduos que irão atuar na sociedade. O espaço público confunde-se com o espaço privado. O interesse coletivo é cerceado pelo espaço individual.

Nesse sentido, Max Weber (1968) conceitua a vocação política e o carisma pessoal do sujeito político sobre um modelo convergente aos interesses da elite dominante, quando esta se apresenta como agente financiador de suas ações políticas. As questões de trajetória política, bem como o histórico do homem político, são apropriados por grupos de interesses econômicos

diretamente envolvidos com ações de representatividade futura e garantia de manutenção de seus interesses. A competição política é delimitada pelo campo econômico. A estrutura de ação é delimitada por um balcão de negócios que congregam agentes políticos em todas as esferas, com cunhos ideológicos diversos, mas que devem seguir um ponto central: preservar os interesses de elites dominantes (elites empresariais, capitais especulativos, lobbies econômicos, etc.), que submetem o Estado-nação (CASTELLS, 1999) em uma relação de codependência, desempenhando uma ambivalência do bem comum e os interesses das elites dirigentes. Para o homem público resta a ambiguidade de estar representando interesses antagônicos, interagindo com sua nação através do voto, mas exercendo interesses para grupos específicos elitistas que cobram obediência desses agentes políticos.

Assim, a soberania está sendo compartilhada com a nação e com grupos elitistas. O Estado-maior depende da obediência de uma elite econômica e também fica privado dos meios de gestão em um sistema que depende cada vez mais do viés econômico para se perpetuar no poder (WEBER, 1968). Em tempo, a reflexão de Steven Lukes sobre o poder subjacente, considera que o poder enquanto espaço de tomada de decisão é sistematizado por interpretações e aplicações, que encontram dificuldades por não-acontecimentos, mas que existem (inação); por inconsciência dos representados da nação; e por uma dificuldade de exercício de poder pelos representados; já que as determinações dos agentes políticos montam e compõem a estrutura política e econômica da sociedade.

A nação contra o Estado é o reflexo dos dominados sobre o poder de dominação das estruturas estruturantes dos representantes, dos meios de gestão das instituições que se apresentam destacados por uma elite que domina e determina o *habitus* social, bem como a agenda de governos, abrindo espaços que rompem barreiras ideológicas, mas que formam políticos híbridos (CANCLINI, 1997) e agentes políticos que não representam, mas que de modo geral utilizam o poder econômico da elite dirigente para se reproduzirem nas esferas legislativa e executiva. Como lembra Weber, “quem vive para a política a transforma [...] mas quem vive da política, vê uma permanente fonte de rendas” (WEBER, 1968, p.64-65).

O problema de pesquisa se justifica em relação à influência do contexto econômico na esfera vocacional do sujeito político: *Como manter a vocação política em sua forma orgânica sem institucionalizar-se no meio político como um sujeito sem ações de interesse da nação e sim como sujeito político mediador de conflitos entre representados e representantes, sendo esta última financiada por uma elite econômica burguesa e empresarial que não precisa estar no Estado para exercer o poder? O Estado depende do poder econômico do capital e o poder econômico depende do Estado?*

III. Metodología

Para a consecução do artigo proposto, tomar-se-á como referência geral conceitos da sociologia, da filosofia e da ciência política através de revisão bibliográfica: o Ser (tese) e Não-ser (antítese) que se excluem ou se opõem (CIRNE- LIMA, 1996) podem também tornar-se uma unidade sintética. Além disso, as dimensões particulares do objeto de pesquisa, o sujeito político, é o que existe de real, em sua concretude, o ser-em-movimento, a dialética constante do Ser e do Não-ser.

Assim, o apoio na revisão bibliográfica nas obras de Hegel, Marx e Bourdieu atuam na verificação de conceitos éticos, políticos e do princípio da superação de situações dos contrários e, assim, apontar para um nível mais elevado para compreender a correlação existente entre a sociedade civil com as regulações contidas nos poderes do Estado em sua essência.

IV. Análises e discussão de dados

Nos últimos anos percebemos uma ascensão e também a queda das temáticas ligadas ao entendimento dos fenômenos de progressismo político e seus reflexos nos diversos seguimentos no campo das ciências humanas e sociais, bem como os impactos de suas questões sociais que deixaram a desejar na dinâmica rural-urbana no mundo ocidental. O nosso desafio vai além do reconhecimento do problema da crise da representação política e da colocação na pauta da agenda da sociedade civil dos problemas do Estado contemporâneo. Está na consciência e autoconsciência do sujeito para refletirmos sobre o mundo objetivo a partir da expressão do sujeito através do seu mundo subjetivo. Assim, a consciência do sujeito tem de se fazer presente na essência, ou seja, na substância desses sujeitos políticos (HEGEL, 2010). Mas o que vemos é que ambos – agentes e sujeitos políticos – dependem do poder econômico e o Estado é o único agente que detém o poder simbólico, o poder legal e o poder político e, mais, o Estado não tem interesse em defender a burguesia e sim os seus próprios interesses. E, respondendo ao questinamento levantado na página 6: o Estado depende do capital e o capital depende do Estado. Os grupos sociais dependem dos grupos dirigentes que agem de acordo com as teorias da influencia (MIGUEL, 2014a), e criar espaços para a sociedade civil entra em uma controversia de lógica pela atuação dos agentes institucionais, a qual é diferente da lógica dos atores não-institucionais, ou seja, os representados. Perry Anderson (CARNOY,1988) argumenta que Gramsci (2007) dividiu a hegemonia do Estado em três aspectos: em um primeiro momento, há uma oposição entre sociedade civil e Estado; em um segundo momento, o Estado inclui a sociedade civil, ou seja, a sociedade política e a sociedade civil em um conjunto; e, em um terceriro momento, apresenta a sociedade civil e o Estado como idênticos. Cabe ressaltar que nos interessa o segundo enfoque do texto de Gramsci (2007).

V. Conclusões

Ao ampliarmos o Estado em direção à sociedade civil e não a sociedade em direção ao Estado podemos estar chancelando o uso da força, ou seja, um Estado em que os meios ampliados apontam para o direito da ordem através da coerção. Assim, os aparelhos ideológicos podem aparentar certa isenção da mão do Estado, mas essa coerção pode se fazer presente tanto pela esfera pública como pelos aparelhos hegemônicos privados. A coerção fica a cargo do Estado, sendo que a sociedade civil evoca para si as concepções de reprodução do que se quer perpetuar no meio social. Por exemplo, as ações nas escolas, nos meios de comunicação, no ámbito jurídico, ganham dimensão e referência de um não questionamento, já que se apresentam como formas incontestes e com uma reputação dita ilibada em suas configurações. *Mas quando estas ações entram em conflito entre o sujeito político e as instituições? Quando há um tensionamento entre o que se diz e o que se faz? Como sobreviver politicamente nesse meio?*

Para superar essa situação de oposição os opostos tornam-se iguais. O sujeito político e a identidade partidária passam a dialogar e a tramitar em um mesmo limbo, ora afastados, ora congruentes. Segundo Hegel (1994), são potências que podem ser transformadas em ações e que, por outro lado, podem nunca se transformar, como partículas que podem se transformar em átomos ou não. Dependendo da covergência ou divergencia política.

Na medida em que fatores políticos são apontados como escape para o poder econômico e para o poder político, a sobrevivência política do sujeito pode experimentar mudanças pela atual crise política brasileira. A vontade e a essência do sujeito político podem ser suprimidas pela hegemonia de grupos dominantes que garantem as instituições como um todo. A coerção e a hegemonia do Estado também concorrem no ambiente político com a sociedade civil, seja por seu modo estrutural ou de superestrutura (BOURDIEU, 2015). Já as ideologias e o interesse econômico entram em conflito principalmente quando a contra-hegemonia de Gramsci (2007), que seria a vitória de políticas eleitorais de esquerda, apresentam-se em crise no mundo. Desse modo, ao verificar o desgaste da credibilidade das insituições, das identidades partidárias, o sujeito político

busca sobreviver entre a esfera pública e privada. O que se diz nem sempre se faz. E o que precisa ser feito no ambiente político como reformas e avanços sociais, como no caso brasileiro, não são enfrentados pelos representantes. Pelo contrario, os conflitos são evitados pela classe política. Com isso, essa divergência transforma-se em crise no Estado brasileiro através de seus aparelhos hegemônicos privados, de coerção social e de submissão ao poder econômico. O sujeito político torna-se o próprio Estado, afastando-se do seu ideal quando governo e aproximando-se do idealismo dos representados quando precisa sobreviver através do chancelamento do voto, dando forma ao político híbrido, sem ideologia, mas com interesse em se perpetuar no poder. Usa tanto da dialética materialista de Marx como da idealista de Hegel para este fim.

VI. Bibliografía

BORGES, Maria de Lourdes. *A atualidade de Hegel*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A opinião pública não existe*. In: Crítica Metodológica, Investigação Social e enquete operária. São Paulo: Ed. Pólis. , 1987.

_____, Pierre. *La nobleza de Estado*. Tradução: Alicia Beatriz Gutiérrez. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997..

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política.* Campinas: Papirus, 1988.

CIRNE-LIMA, Carlos. *Sobre a Contradição*. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, Vol. 3*. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HEGEL, Georg W.F. *Linhas fundamentais da filosofia do direito ou direito natural e ciência do Estado em compêndio (1820).* Trad. Marcos L. Müller. Campinas: Editora Unicamp, 1994

LUKES, Steven. *O Poder: uma visão radical.* Brasília: Ed. UnB, 1980.

MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.* Trad.: Rubens Enderle e Leornardo de Deus. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. *Mecanismos de exclusão política e os limites da democracia liberal: uma conversa com Poulantzas, Offe e Bourdieu.* Novos Estudos, n. 98, março 2014a.

_____, Luis Felipe (2014b). *Democracia e representação: territórios em disputa.* São Paulo: Ed. UNESP.

PEREIRA, Fabricio (2011). *Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas.* Rio de Janeiro: Ponteio. Capítulo 7.

_____, Fabricio (2015). *Democracias errantes. Reflexões sobre experiências participativas na América Latina.* Rio de Janeiro: Ponteio. Capítulo 2 ("Discursos refundadores da Venezuela, Bolívia e Equador – e o que eles têm a ver com a democracia").

MOSCA, Gaetano. *La Classe Política.* México: Fondo de Cultura Economica, 1992.

NÓBREGA, Francisco Pereira. *Compreender Hegel.* 5ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ROSENZWEIG,Franz. *Hegel e o Estado.* Tradução: Ricardo Timm de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2008.

STEIN, E. *Aproximações sobre Hermenêutica.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações.* São Paulo: Editora Cultrix, 1968.